

EM TORNO DOS DOIS "DE BELLO CAMBAICO" DE DAMIÃO DE GÓIS

JORGE A. OSÓRIO¹

Na carta de 15 de Novembro de 1546, uma das muitas que foram enviadas para o reino com informações detalhadas sobre os acontecimentos de Diu durante o longo cerco desse ano, D. João de Castro, então governador em Goa, acabava deste modo o texto, usando de alguma metaforização referida à linguagem corrente: "As nouas de mim são ficar em boa disposição, Nosso Senhor seja louvado [...]; mas se me Nosso Senhor ajudar os montes se me tornarão valles, e os barranquos estradas chãs"². A estrutura aforística da frase citada revela, da parte do governador, de quem ficou uma memória que ainda será objecto de evocação celebrativa nos séculos seguintes, uma determinação que não era só sinal de uma afirmação pessoal³, mas também de uma orientação política importante junto dos círculos do reino que, por esses anos, questionavam os benefícios e inconvenientes do peso que significava aguentar o domínio indiano. No início da mesma carta, ao relatar que encarregara Manuel de Lima de garantir a segurança da armada que, em Outubro, fora em socorro de Diu, não deixa quaisquer equívocos quanto à dureza da acção militar em causa: as ordens eram "pera queimar e talhar toda a costa do mar", tarefa que o fidalgo realizou "destruindo todos os lugares que estão de Damaõ até Baroche, sem ficar delles memoria, e toda a gente que tomou foi feita em postas, sem perdoar a nenhuma couza viva"⁴.

¹ Faculdade de Letras (Univ. Católica Portuguesa); Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (Univ. de Coimbra).

² *Obras Completas de D. João de Castro*, Edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, IV, Coimbra, 1981, p. 41.

³ Uma sua carta à Câmara de Goa, datada de 23 de Novembro de 1546, haveria de se tornar a fonte de um exemplo de honradez que emergia fortemente no panorama de intrigas e confusão da administração goesa, ao enviar, como garantia do empréstimo que solicitava para refazer a fortaleza praticamente arrasada de Diu, "as minhas proprias barbas, que aqui vos mando por Diogo Rodrigues de Azevedo"; *Obras completas de D. João de Castro*, ed. cit., III, Lisboa, 1976, p. 265.

⁴ Ed. cit., III, p. 301.

Este "queimar e talhar" exprime, no plano da pragmaticidade informativa sobre os actos e os factos, uma violência que importa sublinhar a propósito dos textos latinos de Damião de Góis sobre os sucessos passados em Diu, primeiro em 1538 e, depois e com maior intensidade, em 1546.

Damião de Góis deixou dois textos em latim dedicados às duas ocasiões em que a cidade de Diu foi posta em forte assédio turco, dois "opuscula" distanciados dez anos entre si. Mas ambos oferecem em comum dois pontos: saem impressos em Lovaina e testemunham o mesmo sentido da oportunidade em difundir com rapidez notícias que serviam, claramente, os interesses do monarca português⁵.

O primeiro, impresso em 1539, incidia sobre os sucessos do ano anterior, portanto, quase sobre os próprios acontecimentos; o segundo, de um fôlego um pouco mais alargado, saía em 1549, três anos depois do terminado o terrível cerco de 1546. Daquele, além de diversas traduções, encontramos referências, naturalmente elogiosas, na colecção de cartas e poemas em latim que o próprio Góis fez imprimir em Lovaina no ano de 1544, numa evidente iniciativa de publicidade própria⁶. Ambos não-de ser rapidamente editados e até traduzidos, isoladamente ou integrados, com outros dois textos goesianos difundidíssimos, a *Fides* e a *Hispania*, em grandes conjuntos impressos, que iam ao encontro da crescente procura europeia por informações relativas às novas regiões, como sucedeu com o volumoso tomo das *De rebus Oceanicis et Novo Orbe, Decades tres*, de Pedro Martire de Anghiera, a que se juntavam uns "opuscula quaedam" de Góis, *De rebus Aethiopicis, Indicis, Lusitanicis & Hispanicis*, impresso em Colónia em 1574⁷. Esta tradição manteve-se nos dois grossos volumes impressos em Frankfurt em 1603 com textos de "vários escritores" que haviam tratado da fama da Hispânia desde tempos

⁵ A obra fundamental neste domínio é MATOS, Luís de – *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, 1991. Entre outra variada literatura, veja-se também NASCIMENTO, Aires A. – "Littérature latine des Découvertes portugaises: le latin, une langue de culture", *Euphrosyne. Revista de Filologia Clássica*, Nova série, XXVII, Lisboa, 1999, p. 381. Para uma abordagem de alguns problemas pertinentes da "prosa latina" dos humanistas, cfr. por exemplo MAESTRE MAESTRE, Jose María – "En torno a la prosa latina de los humanistas: el tacitismo de Juan de Verdoza", in *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*, Cáceres, 1996, p. 205.

⁶ TORRES, Amadeu – *Noese e crise na epistolografia latina goesiana. I - As cartas latinas de Damião de Góis. Introdução, texto crítico e versão*, Paris, 1982, p. 320; conservam-se cerca de quatro dezenas de exemplares da edição príncipe dos *Commentarii*.

⁷ Cfr. FARIA, Francisco Leite de – *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, 1977, p. 55.

recuados: entre outros, D. Rodrigo Ximénez de Rada, Alonso de Cartagena, mas também Antonio de Nebrija, Lúcio André de Resende, Damião de Góis, Diogo de Teive; ou seja, a Espanha da Reconquista e das suas consequências seculares... Era a *Hispania Illustrata*, de onde é dito ter saído o texto sobre o segundo cerco de Diu inserido na edição de Lisboa de 1791⁸. No segundo tomo daquela obra encontramos três opúsculos latinos relativos a Diu e aos seus dois cercos: p. 1315-1327, a *Diensis Nobilissimae Carmaniae seu Cambaiae urbis oppugnatio, Damiano a Goes autore*; p. 1328-1345, os *De Bello Cambaico II. Commentarii tres*, do mesmo; p. 1345-1372, o *Commentarius de Rebus Lusitanis in India apud Diu gestis*, de Diogo de Teive, sobre o mesmo cerco de 1546.

Anotemos que as três obras citadas coincidem não só pelo facto de focarem, em registo narrativo, acontecimentos históricos contemporâneos, mas também pelo facto de todas elas comportarem, no título designativo, o termo "commentarius". Efectivamente, se os títulos corridos das páginas do folheto de 1539 trazem "Diensis Oppugnatio per Damianum a Goes", o título da folha de rosto contém "Commentarii Rerum Gestarum in India citra Gangem a Lusitanis...", título claramente retomado por Diogo de Teive na edição de Coimbra de 1548 do seu *Commentarius de rebus a Lusitanis apud Diu gestis*, dedicado a D. João III.

Estamos, por conseguinte, diante de obras que se identificam pela designação de "commentarius", embora o termo possa nem sempre ser utilizado para as nomear.

Talvez valha a pena demorar um pouco a nossa atenção sobre a expectativa que este designativo podia criar ou suscitar no domínio do género literário. Ou seja, o que era um "commentarius"?

No domínio de obras que incidiam sobre a apresentação de acontecimentos recentes, o termo surgia, entre vários outros casos, no título da exposição de César sobre a conquista da Gália: *C. Julii Caesaris Commentarii Rerum Gestarum*; só a partir do Renascimento o sintagma *De Bello Gallico* se generalizaria. Tratava-se de modos de designar obras que, em rigor, não usufruíam de um estatuto genérico estabelecido; a flutuação do título indicia, logo à partida, uma estratégia discursiva que orienta o leitor mais para o interesse da coisa narrada, as res gestae, do que para o modo literário como tal é feito. Por outro lado, a presença do

⁸ *Damiani a Goes Equitis Lusitani Opuscula quae in Hispania Illustrata continentur. Conimbricae Ex Typographia Academico-Regia. M.DCC.LXXXI.*

lexema *bellum* em títulos como *Bellum Iugurthinum* de Salústio⁹ indicia, em articulação com um adjectivo do tipo "gallicus" ou, agora, "cambaicus", tanto o nome do inimigo a combater como o teatro da guerra, segundo o modelo precisamente dos *Commentarii de bello Gallico*.

Por outro lado ainda, o termo "commentarius" permitia, se bem que inconscientemente, empurrar, digamos assim, estes como outros textos para um domínio muito indefinido em termos de caracterização retórica. O "commentarius" apontava para a ideia de anotações breves e pouco desenvolvidas, sem a instituição de um discurso concebido por para pôr em acção mecanismos de persuasão ou de convencimento fortes, como acontecia na oratória; daí o grande sucesso do termo no terreno da abordagem, fundamentalmente pedagógica, dos textos literários, ou então no domínio da historiografia, quando se visavam a anotação e a memorização de casos concretos que, precisamente por esta sua natureza, comportavam em si mesmos uma capacidade de creditação e uma força ilocutória suficiente para o autor prescindir de um tratamento mais retoricizado¹⁰.

Sobre o primeiro cerco de Diu em 1538, que conduziu à morte do sultão Bahadur Shá, ao tempo do governador Nuno da Cunha, e em que intervém Kwajá-Safar, ou Coja ou Coge Sofar como é dito pelos autores portugueses, o opúsculo de Damião de Góis constitui, de facto e significativamente, o texto que mais se divulgou, tendo saído logo no ano seguinte. Quanto ao segundo cerco de Diu de 1546, em que o protagonista da guerra contra os portugueses é o mesmo Coja Sofar, que viria a morrer então sem grande glória, saíram mais textos, como o *Liuro primeyro do cerco de Diu, que os Turcos poseram á fortaleza de Diu. Per Lopo de Sousa Coutinho*, impresso em Coimbra por João Álvares, em 1556¹¹, cuja folha de rosto buscava reforçar a exortação que, por essa época, se procurava reavivar sobre o Estado da Índia. Mas o ponto alto seria o poema *Sucesso do segundo cerco de Diu: estando Dõ Ioham Mazcarenhas por capitam da fortaleza. Año de .1546.*, de Jerónimo Corte Real, que António Gonçalves imprimiu em Lisboa em 1574, com

⁹ Título que Quintiliano atesta; cfr. ZEHACKER, Hubert – "Les oeuvres antiques peuvent-elles se passer de titre? L'exemple de l'historiographie romaine", in *Titres et articulations du texte dans les oeuvres antiques*, Paris, 1997, p. 218.

¹⁰ Outra terminologia utilizada é *annales, historiae, res gestae*; *ibidem*, p. 216.

¹¹ SILVA, Inocência F. da – *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1973 (1860), V, p. 192; ANSELMO, António Joaquim – *Bibliografia das obras em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926, nº 74.

um elevado cuidado tipográfico – o que também é um sinal da valorização da mensagem a transmitir –, espelhado na inclusão da "atraente novidade das estampas desenhadas pelo poeta", conforme escreveu em 1979 Manuel Lopes de Almeida na sua introdução às *Obras* de Jerónimo Corte Real¹². Trata-se de um longo poema em verso branco, extenso de vinte e um cantos, que se enquadra no contexto da linguagem da valorização orientalista da expansão portuguesa, nos anos do regresso de D. Luís de Ataíde, da edição de *Os Lusíadas*, talvez da escrita da *Peregrinação* de Mendes Pinto. Ora um ano antes (1573), também em Lisboa e também nos prelos de António Gonçalves, acabara de se imprimir o *Comentario do cerco de Goa e Chavl, no anno de M.D.LXX, sendo Vice Rei D. Luís de Ataíde*, da autoria de António de Castilho; e em 1576 publicava-se a 2ª edição dos *Comentários de Afonso de Albuquerque*. Homem de letras, este sabia que o termo "comentário" ia ao encontro de uma tradição instituída¹³.

Se a obra de Lopo de Sousa Coutinho surge titulada simplesmente como "livro", termo corrente e relativamente indefinido quanto à caracterização genérica da obra, no caso do relato latino de Góis encontramos, como foi indicado mais em cima, o termo "commentarius". Ora este designativo, que desde a Antiguidade surgia a concorrer com "historia" para denotar exposições prosificadas de instância narrativa, apontava, sem grandes ambiguidades, para a ideia de um relato focalizado o mais possível na evidência dos factos, testemunhados ou não pelo autor-narrador. O plano em que se procurava encontrar a força ilocutória do discurso residia precisamente na força da verdade, ancorada e creditada através dos procedimentos habituais em relatos do tipo de viagens: centralidade do recurso às referências concretas, no sentido de instituir no leitor uma figura ou imagem realista do cenário, visando fornecer os dados (medições, denominações toponímicas, características topográficas, nomeação de intervenientes, datações, quantificações, terminologias técnicas, inclusão de incisos em discurso directo proferidos autenticamente, etc.) que garantissem a verdade (e não a verosimilhança...) dos factos. Por aqui passava a fronteira entre o relato quase documental dos sucessos e o seu tratamento explicitamente apologético no quadro do poema épico.

¹² Porto, 1979, p. XXXVI. Sobre a problemática do discurso narrativo no Segundo cerco de Diu, cfr. CAMPOS, J. A. Segurado – "Crónica ou poema? Observações sobre o Segundo Cerco de Diu de Jerónimo Corte Real", in *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. A. Costa Ramalho*, Coimbra, 1992, p. 557.

¹³ ANSELMO – Ob. cit., nº 701.

No conjunto de cartas que Góis incluiu na antologia que fez sair em Lovaina em 1544, encontram-se algumas que reflectem, de modo laudatório evidentemente, a recepção dos *Commentarii* sobre o primeiro cerco de Diu, divulgados em 1539. Importa notar que a primeira referência designa o opúsculo como "historia": "Legi perlibenter historiam a te nuper aeditam", escrevia Lázaro Bonamico logo em finais de Setembro desse ano, portanto pouco depois da publicação da obra, e acrescentava que o prazer proporcionado pelo livrinho decorria não só do seu gosto por este género de literatura, relacionado com temas históricos, mas também porque "et tui et tuae fortissimae nationis fama nominis capiebar". Numa carta de Novembro do mesmo ano, Cristóvão Madruzzi reportava-se correctamente ao livro, citando-o pelo título certo, confessando, se bem que muito de passagem, o prazer que teve em o ler. Mas uma figura da aristocracia e das letras nacionais a quem Góis enviou o tratadinho e que lhe responde a propósito foi João Rodrigues de Sá e Meneses, numa carta de meados de Janeiro de 1541, revelando dois aspectos que para aqui são significativos: por um lado o sinal de uma flutuação na designação do opúsculo – "Literas tuas simul et Carmanici belli, seu mauis Aracosici commentaria libens accepi, in quibus dilucide tu quidem et eleganter, Lusitanorum res gestae, et strenue nauata facinora conscribis" – e elogiando-o não só pelo trabalho literário, mas também pelo brilho que o relato dava à fama do seu país, aduzindo de imediato os exemplos de Lívio, Salústio e de Virgílio. A listagem de autoridades não deixa de ser significativa...

O primeiro opúsculo de Góis, com 20 páginas de texto narrativo, vem dedicado a Pietro Bembo e na carta dedicatória¹⁴ Góis lembra a "historia" de Veneza que o Cardeal preparava. No início da narração, Góis evoca a estadia em Pádua junto de Bembo para dizer que, entre algumas coisas que recebera de Portugal, se incluíam informações (o termo "nonnulla" evidencia que poderia tratar-se de um conjunto de informes) sobre a guerra de Diu: "accepi de bello Cambaico nonnulla, quae (vt petisti) ex Lusitanica lingua in Latinum sermonem conuerti". Portanto, a tradução fez-se a pedido do Cardeal, que, como muita da elite cultural e nobiliárquica italiana, se interessava fortemente por dados e documentos relacionados com coisas novas sobre geografia, povos, seus costumes ou religiões. Um sinal bem significativo da circulação do opúsculo encontra-se na evocação épica de António da Silveira, governador da cidade ao tempo do cerco, face à figura do eunuco

¹⁴ Cfr. TORRES, Amadeu – *Noese e crise*, cit., I, p. 317. A carta datada de Lovaina de 13.IX.1539 refere-se também ao mesmo opúsculo: *ibidem*, p. 321.

Solimão Baxá, numa elegia erótica de Diogo Pires intitulada *Vellet amoribus renuntiare*, inspirada nos *Commentarii* de Góis¹⁵.

O texto, pela sua natureza estritamente informativa, não contém elementos que a retórica ensinava deverem-se usar na abertura de um discurso, no sentido de captar a benevolência do receptor; entra de imediato no enquadramento político dos factos, com um "Postea vero Rex ille Cambaiae, de quo tanta, et tam magnifica, et vera in nostra versione legisti, a nostris ob prodicionem, quam in Nunium a Cunha Proregem nostrum meditabatur...". Isto é, trata-se de uma abertura cuja eficácia se justificava não só pelo estatuto genérico do texto, mas também por aquela alusão inicial à traição do rei de Cambaia contra Nuno da Cunha, que irá constituir um dos vectores estruturadores do relato e, conseqüentemente, da legitimação dos actos lusitanos e, em consequência ainda, do modo de vincar a sua dimensão heróica e útil para a cristandade, cujo significado era tanto mais pertinente quanto a pressão turca sobre a Europa se fazia sentir de forma clara e três anos antes, em 1535, Carlos V havia levado a cabo a conquista de Túnis, em que participaram uma armada portuguesa e o próprio infante D. Luís com alguns cavaleiros.

Na carta já aludida de João Rodrigues de Sá sobre a recepção do opúsculo de 1539, este culto fidalgo português, que pertencia àquele escol de nobres que Sá de Miranda designava de "fidalgos com letras", "suaves" porque apreciavam as "letras mais humanas", a ponto de escreverem em latim, como foi o caso, não hesita em utilizar os advérbios "dilucide" e "elegantier" para caracterizar dois aspectos que encontrava no texto goesiano: a clareza e a elegância.

A primeira virtude, ou seja a transparência do discurso, não é difícil detectar e deve equacionar-se tendo em conta dois factores: por um lado o ponto de partida da *conuersio* para latim foram os "de bello Cambaico nonnulla" que recebera de Portugal; em segundo lugar, a "elegantia" enaltecida traduz o apreço pela adequação do discurso em latim ao assunto, porque não afectada, atendo-se à verdade das coisas e nesta encontrando a força persuasiva fundamental.

Neste quadro, a leitura do texto dos *Commentarii* sobre o primeiro cerco de Diu revela-nos uma configuração discursiva assente (mas não só: também instituidora) na manutenção de uma rigorosa sequencialidade

¹⁵ O texto de Diogo Pires foi publicado e traduzido por Carlos Ascenso André em PIRES, Diogo – *Antologia poética*, Coimbra, 1983, p. 76-79; cfr., do mesmo, "Diogo Pires e a lembrança de Erasmo", *Humanitas*, XLI-XLII, Coimbra, 1989-1990, em especial p. 84.

narrativa, com frases que, embora busquem praticar a regra fundamental da noção periódica dos enunciados frasais segundo a norma latina, fogem a organizar-se como estruturas complexas, mediante, por exemplo, a incisão de orações subordinadas do ponto de vista lógico ou outros processos de esbatimento do relato ancorado à ligação directa entre o sujeito e o predicado da frase.

Isto reflecte-se no facto de, apesar de não estarem assinalados os parágrafos, as frases aparecerem claramente delimitadas por meio do ponto final. Por outro lado, a sua extensão não é muito alongada.

Assistimos assim, aliás no quadro de uma tradição genérica historiográfica também, ao primado absoluto do enunciado narrativo e à periferização de momentos mais enfatizadores da personalidade dos intervenientes, o que podia ser feito, por exemplo, através do recurso a falas em discurso directo. Na verdade, neste opúsculo encontramos raros momentos em que o texto toma a forma de citação da fala de uma figura. Um observa-se no início, quando Solimão Baxá, comandante da armada turca, responde ao rei de Adém, no momento em que a narrativa prepara o leitor para fixar a sua atenção nos sinais de malícia e engano que antecedem o cerco à cidade. O rei de Adém havia firmado com Heitor da Silveira uma aliança com os portugueses ("quanquam Regis tunc nostri Lusitaniae tributarius esset"), e a ela quis permanecer leal, razão por que será morto. Fica assim o terreno aberto a toda a estratégia político-militar que vai desembocar no cerco da cidade, encarregando-se o texto de vincar devidamente a perfídia do adversário. Era, pois, um momento importante, em que a inclusão da fala do próprio Solimão ajudava a predispor o leitor para o juízo implícito sobre a justeza do sacrificio lusitano e, por conseguinte, da legitimidade da sua acção e causa.

Um outro momento de fala apresentada em discurso directo neste opúsculo encontra-se já perto do final, quando se atinge o ponto mais alto do perigo e, portanto, do heroísmo dos sitiados, em muito menor número do que os sitiantes (outro tópico nesta literatura), o que provocou a fala exortativa de D. António da Silveira aos soldados, aos "Lusitani milites", ele "qui omnibus arcis angulis praesto erat, huc, illuc, viginti tantum militibus constipatus, excurrens, audiens hostes non solum aggressos, verum etiam muros, atque turris repagula superasse"; fala curta – no texto –, logo seguida de um símile corrente na linguagem laudatória: "His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium cateruae se protrudit, huc, illuc". Justificava-se, em termos retóricos, este procedimento, em obediência a um cânone bem conhecido.

Finalmente, um outro momento refere-se à tentativa de aliciamento

do rei de Calecute, aliado dos portugueses, por parte de Solimão Baxá, quando acontecia a substituição como Vice-Rei de D. Garcia de Noronha (sobre cuja política Góis não tece considerações) por Nuno da Cunha, situação dialógica que serve para evidenciar a virtude da lealdade, mas ao mesmo tempo deixa entrever a faceta complexa das relações, sempre instáveis, entre os portugueses e os potentados vizinhos, no quadro das quais, no fundo, há que colocar a questão de Diu.

À parte estas situações de discurso directo, o texto constrói-se como um *continuum* narrativo, com as frases enlaçadas por meio de conexões fundamentalmente temporais, causais, às vezes finais e consecutivas. A preferência do autor vai claramente para a instituição de uma sequencialidade discursiva capaz de vincar uma forte implicação interfrásica. Isto realiza-se mediante dois procedimentos predominantes: por um lado os ablativos absolutos do tipo "Qua legatione audita", "Incepto autem proelio", ou então de enlaçamentos como "Pridie vero Nonas Octobris", "Denique toto exercitu commoto"; por outro, a abertura da frase por meio de pronomes relativos e demonstrativos que, dada a sua forte capacidade de convocação anafórica com os segmentos anteriores, vão fortalecendo a sequência informativa: "Quod vbi animaduersum est", "Quae omnia ad radices murorum", "Quae insolita signa satis indicabant", "Quibus rebus percussus Antonius a Sylueira". As conexões instituídas por demonstrativos são do tipo "Hoc, quo illesum aduersus ignem tormenta que existeret", "Haec omnia machinas", "A quibus omnes milites Turcae", "His dictis"¹⁶. Pode mesmo acontecer que o autor concentre numa mesma página uma repetição do pronome relativo, num esforço para assegurar o acompanhamento da narração por parte do leitor: "Quae vbi animaduersum est... Quae omnia ad radices murorum... Quae insolita signa... Quibus rebus percussus Antonius a Sylueira" (fl. C iv v)¹⁷. Mas a ligação entre os períodos pode ainda ser reforçada pela combinação de ablativo absoluto e pronome, como em "Quibus auditis a Gratiano a Noronha".

Outras soluções sintácticas, como o emprego de participio presente ("Hostes vero miris modis contra nitentes") são raras; como também é de diminuta frequência a construção do tipo "Cum Goam appulissent" ou até de "Dum haec aguntur", fórmulas da prosa latina que podiam reforçar

¹⁶ Cfr. quanto a isto CHAUSSERIE-LAPRÉE, Jean-Pierre – *L'expression narrative chez les historiens latins. Histoire d'un style*, Paris, 1969

¹⁷ Cfr. Noese e crise, cit., II, p. 180. Remeta-se também para *Théories de la phrase et de la proposition de Platon à Averroès*, Paris, 1999, em especial III parte, "La théorie stoïcienne et ses enjeux", p. 133s.

tanto a implicação temporal-causal como a sequencialidade dos eventos.

Mas, e no quadro da frase narrativa latina, os períodos podem também ser iniciados por lexemas nominais com função de sujeito, portanto em nominativo, como "Hostes vero qui arcem Diensem oppugnabant", "Dux Antonius a Sylueira, qui omnibus angulis praesto erat", que só aparentemente afectam a ideia da continuidade narrativa. São escassos os inícios de frase a partir de predicados activos – "Habebat praeterea praeter nautas & milites", "Habebant illi multa vexilla rubra, viridia, et aliorum colorum", "Persueravit haec dimicatio spatium unius horae" –, geralmente ao serviço de uma ênfase mais forte posta na acção em curso.

Nos restantes casos, são partículas de conexão como "interea", "interim", "demum", "proinde" que têm por função assinalar a ordem cronológica do relato. Aparecem pouco partículas como "autem", "itaque" "igitur", "vero" "attamen", sem abrirem, portanto, espaço para o autor introduzir observações ou comentários pessoais. Por isso, as partículas ligadas à conexão adversativa, mais do campo da imbricação argumentativa, são raras; por exemplo, não são muitas as vezes em que se usa a conjunção "sed". E a conclusiva lógica "ergo" nem chega a ser usada neste opúsculo.

Não é difícil perceber os fundamentos de um tal despojamento; o autor não é o narrador dos factos; traduziu algumas coisas que lhe enviaram de Portugal sobre o cerco de Diu. Entende que a matéria e o desenrolar dos factos são suficientemente poderosos para se abster de sair do terreno do *commentarius* e por isso também se abstém de buscar procedimentos valorativos ou enfatizadores de cariz semântico, como poderiam ser metáforas ou símiles hiperbolizadores¹⁸, habituais na linguagem épica. Um exemplo bastará talvez: "Erat res incredibilis dictu videre capita, cerebra, brachia, tibias, intestina, caeteraque corporis membra, quae in arcis fossa prostrata iacebant" (fl. D iv r^o). A enumeratio de cabeças, miolos, braços, pernas, tripas que António da Silveira podia observar no fundo dos fossos de protecção à fortaleza possuía força suficiente para impressionar o leitor, mesmo sem outro tratamento mais retórico. O mesmo se diria com a zona final do opúsculo, onde se alude à debandada dos soldados inimigos, chacinados sem dó nem piedade.

É que a guerra – aquele tipo de guerra – caracterizava-se por uma

¹⁸ Casos como "Interea temporis tormenta strage deturbant, et castra, quam in triremes, ac alias naues, quae a paete maritima, turrim et arcemmiris modis impetrebant, exonerabantur, quorum ictibus, et quasi fulminibus magnam cladem hostes accipiebant" (fl. D ii r-v) não saem fora do habitual.

extrema violência; ora, ao divulgar na língua culta e universal da Europa relatos deste género, Góis contribuía para uma outra função de propaganda portuguesa: evidenciar que os portugueses detinham não só a coragem, mas também o saber estratégico para guerras caracterizadas por cercos de cidades-fortaleza como Diu. Daí a anotação dos pormenores da tecnologia e das tácticas de parte a parte, por exemplo na referência às "mantas" ou "testudines" muito usadas pelos turcos na aproximação às muralhas.

Se levarmos em conta a minuciosa análise realizada por Amadeu Torres em 1982 sobre o estilo de Góis nas *Epistolae*, podemos considerar que os *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno .1538*. impressos por Réscio em Lovaina em 1539 coincidem com a passagem da fase que designa como "friburgense-patavina"¹⁹ para a fase "lovaniense"²⁰. A carta dedicatória dos *Commentarii* a Pietro Bembo é a primeira deste último conjunto. Mas a organização da frase nos *Commentarii* não obedeceria, certamente, à mesma estratégia ou preocupação que presidiam à estrutura periodal nas Cartas goesianas, se tivermos em conta o esboço de definição que Cícero dá do "período frásico" no *De Oratore* e no *Orator*, ponto de vista que depende mais de uma perspectiva retórica, como sublinha Amadeu Torres, do que de uma consciência linguística em termos modernos: o "certus et circumscribitus uerborum ambitus".

Sirvam estas considerações para passarmos ao segundo opúsculo goesiano relativo a Diu, os *De bello Cambaico secundo Commentarii Tres*, impressos em Lovaina no ano de 1549, três anos depois dos acontecimentos, e dedicados ao Infante D. Luís, já na fase que Amadeu Torres designa de "ulissiponense"²¹.

Estes "comentários" sobre o segundo cerco de Diu, embora mantendo procedimentos básicos idênticos, oferecem algumas diferenças face aos de dez anos antes; além disso, surgem num contexto em que são presentes vários outros textos, uns em português outros em latim, que enfatizam a dimensão apologética da resistência e vitória final lusitana.

A dedicatória vai dirigida ao Infante D. Luís, que tinha fama de se interessar pelo saber da guerra naval ligada ao cerco de cidades, aspecto que Góis não esquece, ao escrever: "Nunc quae proxime acta sunt ad Gangem in tuenda arce Diensi describere propositum est. Ex quo enim tua humanitas, Princeps Clarissime, et in bello gerundo Dux strenuissime,

¹⁹ *Noese e crise*, cit., II, p. 169.

²⁰ *Ibidem*, p. 187.

²¹ *Ibidem*, II, p. 193.

nobis recitavit litteras Mascaregae diensis arcis Praefecti, laureatas, et triumphorum argumentis plenas, non potui mihi imperare, quin arrepto calamo, otiosoque excusso, eius rei commentarios conficerem"²².

Dois pontos importa frisar: o propósito de "descrever" o que aconteceu em torno da fortaleza de Diu concretiza-se sob a forma de "commentarii"; em segundo lugar, de acordo com a frase que se segue à transcrita, Góis observa que poderia ter em conta outros opúsculos seus bem conhecidos sobre os feitos portugueses ("ob nonnullas lucubrationculas"), nomeadamente o que publicara sobre o cerco anterior, para não tomar de novo a pena; mas a dimensão da matéria e o seu significado são tão grandes que a retoma, enquanto não ensaia, talvez, um dia uma epopeia sobre factos bem mais reais do que os da *Iliada* e da *Odisseia*²³.

Mas mais importante do que isto é o facto de Góis afirmar que foi o Infante D. Luís quem lhe proporcionou o contacto com as cartas de D. João de Mascarenhas sobre o que ia sucedendo ao longo dos meses de 1546 em Diu. Estamos aqui diante de um dado significativo: Góis identifica a fonte principal das informações de que dispôs para o seu relato. Tratava-se, certamente, do conjunto de cartas-relatórios que Mascarenhas enviou a partir de Abril de 1546 a D. João de Castro e que, com outra documentação, nomeadamente o relatório deste último mandado a D. João III, António Baião publicou em 1925²⁴.

É preciso, pois, olharmos para os textos que concorrem com o de Góis sobre a mesma matéria, o que torna a situação destes segundos *commentarii* um pouco distinta da dos primeiros. Efectivamente, há que ter em conta que no ano de 1548 Diogo de Teive publicara em Coimbra também um *Commentarius*, que, além disso, existe o relato de Leonardo Nunes, publicado por Baião, o qual serviu certamente de base a Teive em vários pontos, e que chegara a Lisboa o conjunto de documentação já aludida.

Esta segunda obra de Góis sobre matéria oriental não teve a mesma difusão que o folheto precedente, variadas vezes impresso e traduzido. E, no entanto, o autor revela uma preocupação retórica maior em 1549, permanecendo, todavia, a noção de que o termo "commentarius"

²² *Opuscula*, 1791, p. 298.

²³ Cfr. TORRES, Amadeu – *Noese e crise*, cit., I, p. 366.

²⁴ BAIÃO, António – *História quinhentista (inédita) do Segundo Cêrco de Dio*, Coimbra, 1925 [na capa: 1927], p. 266. A Carta de D. João de Mascarenhas ao rei pode ver-se em *Obras completas de D. João de Castro*, cit., III, p. 281-321 e ainda em GARCIA, José Manuel – *Ao encontro dos Descobrimentos. Temas da História da Expansão*, Lisboa, 1994, p. 75-81, em nova leitura paleográfica de Maria João Quintans.

comportava uma relativa ambiguidade genérica, reflectida na flutuação dos títulos; aliás o próprio Góis deixou-nos um significado de "commentarius" no final da III Parte da sua *Chronica do Felicissimo Rei dom Emanuel*, saída em Lisboa no ano de 1567: "Do discurço da vida do qual Afonso dalbuquerque, cõpos este seu filho Afonso dalbuquerque hum liuro a modo de commentarios, em que mui per estenso conta todo ho proçesso das cousas, & casos que lhe acontecerão em quanto viveo"²⁵. Portanto, os *Comentarios de Afonso de Albuquerque*, que o filho, tendo sido autorizado a tomar para si o nome do pai, publicou, tomando como fonte documental as "Cartas" dele, primeiro em 1557 e, depois, em 1576, em contextos que Veríssimo Serrão caracterizou na sua introdução ao facsímile da edição de 1774, apareciam aos olhos de Góis como um tipo de narração ("per mui estenso conta todo o proçeso das cousas, & casos que lhe acontecerão em quanto viveo") marcada por uma variedade de informações polarizadas em torno de um dado sucesso, independentemente da sua extensão²⁶.

Apesar de o modo de organização do discurso e da estratégia narrativa ser a mesma do folheto de 1539, até porque a designação titular é ainda *commentarius*, encontramos neste texto de 1549 alguns aspectos que apontam para certas diferenças indiciadoras de um trabalho de *compositio* mais elaborado.

Assim, a matéria é dividida em três sequências ou "livros". A primeira, instituindo como ponto de partida o argumento da perfídia e da malícia dos turcos, sobretudo do desejo de vingança de Coge Sofar, para legitimação do ponto de vista português, vai até à morte desse renegado, que já fora personagem central no cerco anterior. A maneira como Coge Sofar morre é referida de forma indêntica nos outros relatos: no *Commentarius* de Diogo de Teive²⁷, na "história" de Leonardo Nunes²⁸, no relatório já referido de D. João de Castro ao rei²⁹: o italiano renegado é morto ingloriamente por um pelouro quando observava, com a mão na testa, as posições portuguesas. Mas como estamos num "género"

²⁵ Ed. de Teixeira de Carvalho e David Lopes, III Parte, Coimbra, 1926, p. 257.

²⁶ *Comentários de Afonso de Albuquerque*, 5ª edição, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 1973, vol. I, p. XIII.

²⁷ TEIVE, Diogo de – *Commentarius de rebus a lusitanis in India apud Dium gestis Anno salutis nostrae MDXLVI / Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, tradução do latim de Carlos Ascenso André, notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, 1995, p. 36 do texto facsimilado.

²⁸ Ed. de António Baião, cit., p. 33. Mas o autor designa o relato como «sumario»; p. 85.

²⁹ *Obras*, cit., III, p. 295.

factualmente narrativo, não lemos comentários moralizadores sobre o caso, embora D. João de Castro não deixe de comentar: "que foi huma das mayores boas venturas que a esta terra podia vir" e Leonardo Nunes acrescenta: "e cumprio-se o que de sy mesmo profetizara, que ha mão de portugues avia de morrer".

A segunda parte do opúsculo goesiano inclui os acontecimentos até à chegada do auxílio de D. João de Castro, quando a situação na fortaleza de Diu era já desesperada. O terceiro "comentário" narra como terminou o cerco, focalizando as atenções sobre duas personagens centrais: D. João de Mascarenhas e D. João de Castro. Sobre aquele escrevia este no relatório já citado que "he tal fidalgo e cavaleiro que primeiro o farão em postas de que lhe tomem huma só amea"³⁰. Fique aqui a observação do alcance de uma anotação como esta. É que tanto os textos em latim de Teive e de Góis como os em vulgar, ou sejam as diversas cartas e relatórios, revelam um cuidado grande em registar uma faceta significativa da "verdade" dos factos: a nomeação das pessoas intervenientes, sobretudo dos fidalgos, não só com o intuito de relatar os acontecimentos, mas também – e talvez fundamentalmente – de fornecer dados importantes para a atribuição posterior de recompensas régias e prestígio das respectivas famílias. O próprio D. João de Castro o faz, não se esquecendo, inclusivamente, de indicar a acção dos seus filhos, D. Fernando e D. Álvaro durante a sua intervenção. E as listas de homens que morreram ou ficaram feridos, sobretudo queimados, desempenham a mesma função³¹.

Esta arrumação em três "livros" traduz uma preocupação retórica, ligeira que seja, da parte de Góis no tratamento da matéria dos factos, provavelmente em resultado do trabalho de análise dos testemunhos que o Infante D. Luís lhe pôs a disposição. Encontramos nele basicamente os mesmos procedimentos apontados para o opúsculo anterior, embora se possa sentir uma maior presença de articulações interfrásicas de tipo confirmativo; as ocorrências da adversativa *sed são* mais elevadas do que no texto de 1539. Além disso, e para mostrar como é mais sensível neste segundo *De Bello Cambaico* a atenção dada pelo autor à condução argumentativa da exposição, anote-se que a conclusiva "ergo" aparece

³⁰ *Obras*, cit., III, p. 292.

³¹ Mas registaram-se ainda os nomes de mulheres que se distinguiram durante o cerco, como Isabel Fernandes (cfr. a introdução de António Baião à História quinhentista inédita, cit., p. LIX-LXI), ou Isabel Madeira elogiada por Diogo de Teive no *Commentarius* de 1548 (p. 66), ou Bárbara Fernandes lembrada por Manuel de Faria e Sousa nos seus *Comentários às Rimas* de Camões, onde também se reafirma a tradição exaltadora D. João de Castro pela sua actuação como vice-rei ao tempo do segundo cerco de Diu.

aqui empregue, uma vez é certo, estando ausente do opúsculo de 1539.

Não foi assim que procedeu Diogo de Teive no seu *Commentarius* publicado um ano antes em Coimbra. Vale a pena exemplificar com dois momentos da narração. Em primeiro lugar, frente a Diogo de Teive, Góis oferece um relato mais despojado de artifícios enfáticos, ainda que convencionais, da narração histórica, como sejam os discursos ou arengas dos chefes militares às tropas imediatamente antes do combate³². Teive inclui em discurso directo a fala exortativa de D. João de Mascarenhas antes do combate final (p. 83-84), enquanto Góis se limita a alusão em discurso indirecto³³. Por outro lado, enquanto Teive escreve "Iam dies exorta hominum, et armorum stragem ostendebat" (p. 52), em consonância com o alambicado da frase em Leonardo Nunes: "E neste tempo rompia ha alva da rubicunda manhã"³⁴, Góis limita-se à concisão de "Orto iam sole"³⁵.

Trata-se de pequenos sinais que encontram eco em outros de significado mais relevante. Assim, enquanto Diogo de Teive, aliás um pouco na onda de D. João de Castro, que evoca os sinais da protecção divina para com os portugueses, concede atenção a alguns boatos, de natureza supersticiosa, como a referência à presença de uma imagem de Maomé entre as bandeiras dos Turcos – "nouum Mahometis simulacrum magis horribili quam antea specie hastae affigunt" (p. 53) –, que nem Castro nem Nunes reportam, Góis abstém-se de registar um dado que, em linguagem erasmiana, era claramente "superstitiosa". E é tão vincada esta atitude que, se mesmo D. João de Castro não deixa de registar que andou sempre acompanhado por um franciscano que "levava hum Crucifixo alto nas maons"³⁶ e Teive confirma idêntica atitude da parte de D. João de Mascarenhas – "Mascareña cum octo militibus in subsidium uenit, Sacerdote Christi Crucifixi imaginem seu uexillum praeferente" (p. 65) –, Góis fica silencioso quanto a isto.

A leitura dos três "comentários" de Góis sobre o segundo cerco de Diu transmite-nos, pois, a sensação de que o autor procura destacar a figura de D. João de Mascarenhas, aliás em coincidência com o apreço que D. João de Castro manifesta na carta ao monarca. Por exemplo, Góis acolhe no seu texto – claramente com intuítos críticos – os comentários discordantes e menos elogiosos de alguns fidalgos mais apressados em

³² Cfr. DANGEL, Jacqueline – *La phrase oratoire chez Tite-Live*, Paris, 1982.

³³ *Opuscula*, ed. cit., p. 373. Leonardo Nunes não se refere a este ponto.

³⁴ *História quinhentista*, cit., p. 46-47.

³⁵ *Opuscula*, ed. cit., p. 371.

³⁶ *Obras*, cit., III, p. 303.

combater, sem prudência nem visão estratégica, citando para tal a própria voz de um crítico insensato³⁷. Diogo de Teive refere a mesma situação, sem sair do relato impessoal na terceira pessoa³⁸.

É fácil perceber que não se trata só de enaltecer a coragem física do capitão, mas fundamentalmente de focar a sua perícia de estratégia, aspecto que D. João de Castro apreciava particularmente. Na verdade, António Baião publicou em 1925 umas "instruções" enviadas por este a Mascarenhas sobre os princípios mais modernos de defesa de uma praça cercada, de acordo com o que se fazia em Itália, Espanha e França – "Lembranças que faço a Vosa Merçe as quoaes se praticanão o dia doje em Ytalya, Espanha, França que são as partes do mundo donde ha arte de guerra estaa mais apurada", tendo o ms. à margem "Pera o serço de Dio..."³⁹ –. Ora Góis noticia o modo como se iniciou o combate final registando dois pormenores: que D. João de Castro, para evitar as deserções, mandara arrancar os batentes das portas do forte – "Ac postero die, ipso iubente, ex omnibus arcis portis valvae ademptae, ac procul semotae, ne nostri in fuga spem reponerent"⁴⁰ –, e que tratou de assegurar uma rigorosa ordem das tropas antes do avanço final – "ac inde agminibus in ordinem digestis"⁴¹ –. Teive limita-se a dizer só que "Praetor acie intra arcem in structa, signum quod conuenerat, dat his, quos in nauibus reliquerat" (p. 85-86). Quanto a Leonardo Nunes, restringe-se a apontar as características específicas deste tipo de guerra e de combate contra os mouros, que são "tão braceiros que se asy tivessem ho estamago, todas as vitorias serjam suas, se nós não fossemos cristãos"⁴².

Finalmente, apesar de todos os autores se reportarem à crueldade dos combates, Góis, aliás em consonância aqui com Nunes⁴³, revela uma sensibilidade aos aspectos terríveis da guerra e da vingança depois da vitória: "Iam promiscuae multitudinis, virorum, mulierumque, & puerorum interfectorum numerum immensum, & miserandum fuisse constat, quibus rabies militum, & suis antea malis, & nunc sociorum mortibus irritata, nulla ratione parcere sustinuit. Quippe non solum non

³⁷ *Opuscula*, ed. cit., p. 360: «Inter quos quidam seditiosius, quam par erat: Patiemur ne, inquit, amplius tali parere duci?...»

³⁸ «Ita concitatis animis, ad aedes praefecti concurrirur: quem ubi non compererunt domi, occultari rati, etiam aedibus minantur», p. 74.

³⁹ *História quinhentista*, ed. cit., p. 125-131.

⁴⁰ *Opuscula*, ed. cit., p. 370-371.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Ed. Baião, cit., p. 85-86.

⁴³ Ed. Baião, cit., p. 90.

ab infantibus, aut grauidis mulierum vteris, sed ne brutis quidem animantibus ferrum abstinuit militaris furor". Dir-se-ia um comentário de Erasmo. Ora Teive nada diz sobre isto...

Em contrapartida, o professor coimbrão regista o boato ouvido da boca de alguns cativos segundo os quais "in extremo praelio humana specie augustiorem super arcis sacrarium mulierem sibi uisam, quae ita oculos perstingeret, ut prope caeci in proelium ruerent" (p. 91). Um tal milagre, que cegara os inimigos, é também referido por D. João de Castro ao rei⁴⁴ e por Leonardo Nunes na sua "história"⁴⁵. Damião de Góis nada diz. Diante de um público consumidor de edições feitas em Lovaina, a "superstitio" não devia cair muito bem.

Mas os sinais da dimensão e da oportunidade panegíricas ressaltam das palavras que Mestre Pedro Fernandes escrevia de Goa a D. Álvaro de Castro, em 20 de Novembro, terminado o cerco: "peço a V. M. m.to por merçe que não tome por trabalho de mandar escreuer tudo que nesta guerra de Cambaia acõteceo do dia que V. M. daqui partio ate que Deos vos deu vitoria porque pode ser que achando me eu de vagar e cõ menos trabalho tornarei tudo e[m] latin"⁴⁶. Afinal, Damião de Góis percebeu que, em latim, o público europeu culto devia tomar conhecimento de um renovado impulso indiano que, em Lisboa, tinha os seus defensores também.

⁴⁴ *Obras*, cit., III, p. 305.

⁴⁵ Ed. Baião, cit., p. 92-93.

⁴⁶ Ed. Baião, cit., p. 209.